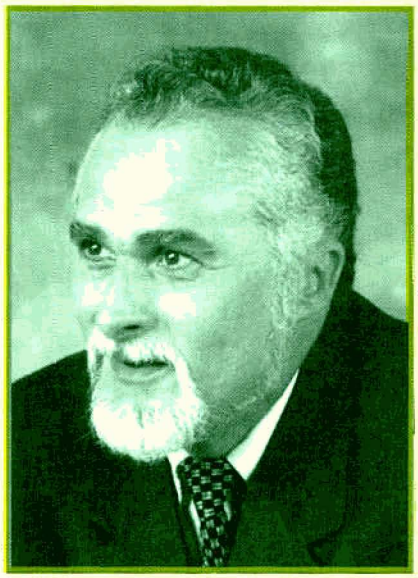
Criticado por se aliar a oponentes políticos históricos na questão da renegociação das dívidas agrícolas, o PT deu um passo para mostrar que a bandeira da reforma agrária vai ser içada ao lado da proposição de uma política agrícola que viabilize uma agricultura competitiva, de postura mais agressiva, tanto em relação ao mercado externo como ao interno.

O deputado José Genoíno (SP), líder do partido na Câmara dos Deputados, afirma que um partido que pretende disputar o poder não pode deixar de lado questões estratégicas como a segurança alimentar, mas buscar se aproximar do setor produtivo que, à mercê das crises e políticas governamentais, está à procura de novos aliados. O deputado denuncia que a medida provisória editada pelo governo não resolve o problema dos micro, pequenos e médios agricultores, e perpetua a prática de negociações com setores que detêm maior poder de fogo, ao permitir reedições com pequenas modificações sempre que tiver sua aprovação ameaçada no Congresso.

Os novos aliados

BETH FERNANDES



Genoíno: política agrícola para o país

■ *A produção agrícola deve bater novo recorde em 1999. Isso é um sinal do sucesso da política agrícola?*

— Não. É um sinal de que o Brasil tem um grande potencial para a produção agrícola e, considerando o tamanho da população, o tamanho do país e a nossa capacidade produtiva, está aquém: poderia chegar a 100 milhões de toneladas. A agricultura tem grande potencial, mas está sem política de financiamento; a relação com o sistema financeiro ora é de promiscuidade, ora é perversa. Temos números e pesquisas, tanto da Confederação Nacional da Agricultura como do Ministério da Agricultura, que apontam uma transferência de renda em torno de R$24 a R$25 bilhões do campo para a cidade. Se se considerar a manutenção dos preços agrícolas, que se mantiveram baixos, os aumentos dos insumos e os juros, foi uma transferência brutal.

■ *Como é possível a produção bater recordes sucessivos e as lideranças mobilizarem aquela massa de produtores que ocupou Brasília no mês de agosto para pedir a renegociação da dívida?*

— Porque nós estamos operando com capacidade de produção limitada. Temos uma crise – dizem que na média são 800 mil pessoas que deixam a agricultura pela cidade a cada ano. O que está acontecendo é que o médio produtor está perdendo; o micro e o pequeno não sobrevivem com essa política do governo, e os grandes negócios estão ficando cada vez menores. A agricultura brasileira tem que ser muito diversificada, tanto do ponto de vista da produção como das formas de propriedade, das formas de produção. O crescimento da safra deve ser entendido como recado de que podemos produzir mais e de que o Brasil está deixando de apostar numa postura mais ofensiva tanto em relação às exportações, como em relação ao mercado interno.

n *Os agricultores estariam se mobilizando, nas suas entidades, para pressionar os parlamentares a derrubar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto de lei do deputado Augusto Nardes. O senhor vê chances nessa estratégia?*

— Nós, do PT, negociamos na Comissão de Agricultura porque as nossas propostas foram contempladas no projeto. Primeiro, o mutuário que desviou a finalidade do crédito está fora das negociações, seja mini, pequeno ou médio; segundo, as dívidas irregulares, conforme levantamento da própria Fundação Getulio Vargas, gorduras colocadas de maneira irregular pelos bancos, têm que ser abatidas dos bancos e não do Tesouro; terceiro, um tratamento diferenciado para mini e pequenos; e quarto, uma emenda nossa que limita toda a negociação a quem tem dívida originária em torno de R$200 mil. Você tem hoje uma situação na agricultura em que as propriedades estão sendo perdidas para os bancos e não para o Movimento dos Sem-Terra.

■ *Noutra frente, a CNA está trabalhando na medida provisória para elevar o teto proposto para R$15 mil, com prazo de 20 anos para pagar e perdão de 40% da dívida. Como a oposição vai atuar na questão?*

— Esse é o pior caminho, porque a negociação foi feita com os produtores aqui, sempre pelo velho caminho: chamar alguns e lhes oferecer vantagens; não se sabe qual a moeda de troca. Pela primeira vez aqui na Câmara, fizemos um processo transparente: uma comissão faz um debate qualificado durante quatro meses, vota-se um substitutivo, discutem-se emendas – e o governo não apresentou nenhuma emenda,

se omitiu, tenta inviabilizar o projeto pela inconstitucionalidade e vem com uma medida provisória. O problema da MP é que vão se fatiando os interesses e, na hora em que o governo sentir que perde, ele não vota, fica reeditando a MP e a cada reedição contempla um e outro setor.

n *No Plano Collor, em 1990, foram estabelecidas duas remunerações para recursos aplicados na poupança: na parte indisponível foi aplicado o índice de 41,28%; na parte disponível, o índice de 84,32%. O Banco do Brasil reajustou todo o débito do agricultor em 84,32%. Essa diferença é que os agricultores pretendem ver perdoada. O senhor concorda com esse índice?*
— Esse é um dos problemas, que se somou com o Plano Real. Um outro agravante: a securitização da dívida agrícola, em 1995, foi muito restritiva e feita muito mais em função de resolver um problema fiscal do Banco do Brasil. O pessoal não teve como honrar os compromissos, porque de lá para cá nós tivemos crise asiática, crise da Rússia e desvalorização cambial. A desvalorização recente afetou demasiadamente a agricultura: quando há mudança de regras, considerando que a agricultura tem um período de oito a 10 meses no giro do capital, isso arrebenta.

n *Os agricultores alegam que o Banco do Brasil não abre mão de cobrar o reajuste indevido e usa de meios administrativos ou judiciais para intimidá-los. Muitos teriam sido coagidos a incluir o Plano Collor para poder fazer a securitização dos débitos. Como o Congresso pode influir nessa situação?*
— Nós temos em mãos contratos que provam isso. Por exemplo, um agricultor fez uma dívida em 1992 de Cr$61 milhões (equivalentes a US$13.500) e hoje está devendo mais de R$1 milhão. Foi obrigado a colocar isso. Quando o proprietário rural é grande, negocia com o banco em condições vantajosas. Mas do médio para baixo, ou não tem condições de negociar ou cai na mão dos advogados. Essa intenção do governo, de criar uma empresa para fazer auditoria e negociar caso a caso, vai ser um maná para os advogados, porque o agricultor que vive na roça vai cair na mão de uma empresa de consultoria sem informações nem assessoria – aí é culpa das entidades representativas e também do governo e do próprio Banco do Brasil, que se comporta no financiamento da agricultura não como um banco de fomento, mas com características comerciais, como os outros bancos que operam no setor. O Congresso só poderia influir se votasse um projeto de lei, a MP não resolve.

■ *Esse movimento de renegociação das dívidas poderá ter um impacto negativo sobre a safra 1999/2000, na avaliação de especialistas que prevêem dificuldades para o financiamento dessa próxima safra. O senhor defende o subsídio para a agricultura?*
— A indefinição de regras gera insegurança muito grande e se o Brasil fosse coerente com as metas do PPA, de produzir empregos e alimentos, devia jogar uma política agressiva. Eu digo que o país tem na agricultura uma das poucas possibilidades de dar um grande salto, considerando a crise que a agricultura vive no mundo, considerando a importância da produção agrícola mundial. O setor está com medo, os agricultores não vão fazer empréstimo sem segurança – sabem que a MP pode ser reeditada com alterações. Eu defendo o subsídio para a agricultura, porque ela não tem condições de competir sem uma política clara de subsídios. Tem que haver, com critérios, limites e fiscalização rigorosa para garantir a finalidade do crédito agrícola. Eu acho que os bancos têm condições de fazer isso.

> O crescimento da safra deve ser entendido como recado de que podemos produzir mais e de que o Brasil está deixando de apostar numa postura mais ofensiva tanto em relação às exportações, como em relação ao mercado interno.

■ *O senhor afirmou, em artigo recente, que o debate sobre a questão se transformou num misto de desinformação e preconceito moralista. Se existe desinformação, os próprios partidos, entre eles o PT, não teriam parcela de responsabilidade?*
— Em primeiro lugar, a gente rompeu com esse exagero da desinformação produzindo a maior massa de informação que uma bancada já fez sobre agricultura. O fato é que a imprensa, em vez de criticar o posicionamento do PT em relação ao financiamento ou à dívida, puxou o debate para saber se o partido estava fazendo uma aliança com o relator do projeto, Ronaldo Caiado. Ora, ele é deputado, não é presidente da CNA nem da UDR, é relator. Se a gente não conversasse com ele, seríamos criticados por sermos maniqueístas e preconceituosos. Acho que o PT deu um passo para dizer que quer não só reforma agrária, quer também uma política agrícola. O setor ruralista sempre mobilizou pequenos e médios proprietários com um discurso de direita e a esquerda nunca discutiu com esse setor; ela sempre foi identificada com o discurso de que a agricultura era para dividir terra. Os produtores rurais foram empurrados de encontro à parede e viram que tinham de buscar outros aliados. Nós fomos fazer uma aliança pontual.

■ *Essa estratégia, então, marca uma nova postura do PT?*
— Eu acho que se o PT quer disputar para valer o poder, ele tem que ter uma política agrícola para o país. Ele não pode ser governo só com a bandeira da reforma agrária. Eu quero uma reforma agrária com critério, que não ameace nem a agricultura nem as áreas produtivas e vou viabilizar uma agricultura competitiva, tanto em relação ao mercado externo como ao interno. Temos que pôr os dados na mesa: qual é a segurança alimentar que o Brasil tem? Nenhuma, estamos a zero de estoque, não temos nada. Esta é a discussão a fazer, porque a agricultura não é uma preocupação individual do agricultor, mas uma questão estratégica nacional.